

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 476.600 - DF (2018/0287186-3)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
PABLO LUIZ AMARAL - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO  
- DF020985  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO**  
**PACIENTE : IRANI JOSE DE ALMEIDA (PRESO)**

## EMENTA

**HABEAS CORPUS. MOEDA FALSA. PRISÃO PREVENTIVA. NÃO LOCALIZAÇÃO DO RÉU. REVELIA. ELEMENTO INIDÔNEO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE. PRECEDENTES.**

Ordem concedida, confirmando-se a liminar, nos termos da fundamentação.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Irani José de Almeida** contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região no Recurso em sentido Estrito n. 0020154-44.2018.4.01.0000, assim ementado (fl. 38):

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. MOEDA FALSA. DESCUMPRIMENTO. MEDIDAS CAUTELARES. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO REFORMADA.

1. Recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF, que indeferiu o pedido de decretação de prisão preventiva do réu.

2. O recorrido foi preso em flagrante, em 13.11.2012, pela prática do crime tipificado no art. 289, § 1º, do CP, após introduzir uma cédula falsa de R\$ 100,00 (cem reais) no comércio. O juiz de origem converteu a prisão em flagrante em preventiva, sendo que, posteriormente, foi revogada mediante o cumprimento de medidas cautelares. Contudo, após o recebimento da denúncia, em 06.10.2014, não foi mais possível localizar o acusado para a sua citação, estando em local incerto e não sabido.

3. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que o fato de o réu não ter sido encontrado para citação, permanecendo em local incerto e não sabido, o que ensejou a publicação de edital e a suspensão do processo na forma do art. 366 do Código de Processo Penal, é causa para decretação da prisão pela necessidade de garantir a aplicação da lei penal. Precedentes citados.

4. A evasão do réu do distrito da culpa está comprovadamente demonstrada nos autos, caracterizando motivação suficiente a embasar a segregação cautelar para assegurar a conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal, havendo, no caso concreto, risco efetivo, uma vez que o agente, até a presente data, não foi localizado.

5. Tais circunstâncias efetivamente demonstram o descaso do recorrido com a apuração dos fatos. Evidenciam também que ele está tentando se furtar à Justiça,

# Superior Tribunal de Justiça

justificando-se, portanto, a decretação da prisão preventiva.

6. Recurso em sentido estrito a que se dá provimento para decretar a prisão preventiva do acusado, nos termos do art. 312 do CPP.

No presente *writ*, busca a Defensoria Pública, inclusive em liminar, a concessão da ordem para que seja revogada a constrição cautelar do paciente.

Alega que fundamentar a *prisão cautelar à luz da conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, sob o fundamento de que o ora recorrente não foi encontrado para receber citação, nos endereços indicados nos autos, nada mais é do que um equívoco, pois não há nenhum indício que justifique peremptoriamente a última medida ao caso, que é a prisão preventiva* (fl. 49).

A liminar foi deferida, conforme decisão de fls. 56/59. Informações prestadas às fls. 66/67 e 68/73. Parecer ministerial pela denegação da ordem (fls. 75/79). Novas informações foram apresentadas às fls. 83/87, em atendimento ao despacho de fl. 81.

É o relatório.

Embora o parecerista tenha se manifestado dizendo estar *devidamente justificada a decretação da medida excepcional no caso dos autos que necessária a prisão cautelar do ora paciente visto que o mesmo se* (fl. 77), repito o que afirmei ao deferir a liminar.

Ora, basta uma rápida leitura da decisão tomada pelo Tribunal local para perceber a ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva do paciente (fls. 36/37 – grifo nosso):

[...] No caso, consta dos autos que o réu foi preso em flagrante, em 13.11.2012, pela prática do crime tipificado no art. 289, § 1º, do CP, após introduzir uma cédula falsa de R\$ 100,00 (cem reais) no comércio. O juiz de origem converteu a prisão em flagrante em preventiva, sendo que, posteriormente, foi revogada mediante o cumprimento de medidas cautelares.

Contudo, após o recebimento da denúncia, em 06.10.2014, não foi mais possível localizá-lo para a sua citação, estando em local incerto e não sabido. O magistrado “a quo” determinou a suspensão da tramitação processual e do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP (fls. 58-59 e 63-69).

A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que o fato de o réu não ter sido encontrado para citação, permanecendo em local incerto e não sabido, o que ensejou a publicação de edital e a suspensão do processo na forma do art. 366 do Código de Processo Penal, é causa para decretação da prisão pela necessidade de garantir a aplicação da lei penal. Cito:

[...] Desse modo, a evasão do réu do distrito da culpa está comprovadamente

# Superior Tribunal de Justiça

demonstrada nos autos, caracterizando motivação suficiente a embasar a segregação cautelar para assegurar a conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal, havendo, no caso concreto, risco efetivo, uma vez que o agente, até a presente data, não foi localizado.

Tais circunstâncias efetivamente demonstram o descaso do recorrido com a apuração dos fatos. Evidenciam também que ele está tentando se furtar à Justiça, justificando-se, portanto, a decretação da custódia cautelar.

[...]

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consagra o entendimento de que a *simples ausência do réu, citado por edital, não é fundamento bastante para decretar a prisão cautelar, pois o desaparecimento do agente do distrito da culpa não leva, necessariamente, à conclusão de que pretenda ele se furtar à aplicação da lei penal* (HC n. 371.642/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 19/3/2019).

Confirmam-se, ainda, os seguintes julgados:

[...] 3. A disposição do art. 366 do Código de Processo Penal não restabeleceu a prisão cautelar obrigatória no ordenamento jurídico brasileiro. Ao contrário, o artigo vinculou a imposição do cárcere provisório à presença dos requisitos previstos no art. 312 da mesma norma.

4. É vedado ao Tribunal de origem, em sede de *habeas corpus*, suprir a ausência de motivação do decreto prisional proferido pelo juiz singular, sob pena de o *habeas corpus* servir de vetor convalidante de encarceramento ilegal (HC n. 306.186/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 29/5/2015).

**5. A não localização do recorrente, que deu ensejo à sua citação por edital, não se confunde com presunção de fuga. Precedente.**

[...]

(RHC n. 102.666/MG, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 19/10/2018 - grifo nosso)

[...] 3. A decretação da custódia, um ano após os fatos, **apenas porque o agente não foi localizado para citação pessoal, sendo citado por edital, com a consequente suspensão do processo, não constitui fundamento idôneo para justificar a medida extrema.** Não há confundir evasão com não localização.

4. De se notar que a decisão que manteve a custódia, embora tenha usado como norte o risco de aplicação da lei penal e a proteção da ordem pública, não apontou, concreta e especificamente, elementos capazes de justificar a necessidade do encarceramento provisório.

5. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido para o fim de revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente, sem prejuízo da fixação de medida cautelar alternativa, ou, ainda, da decretação de nova custódia, caso demonstrada a necessidade.

(RHC n. 87.472/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 15/2/2018 - grifo nosso)

[...] 4. **A não localização do paciente, que deu ensejo à sua citação por edital, não se confunde com presunção de fuga** (Precedentes).

5. Ademais, a revelia do paciente não pode servir como fundamento único para

# Superior Tribunal de Justiça

a sua custódia preventiva, se decretada mais de 5 anos após a prática do crime, uma vez que **"a urgência intrínseca da prisão preventiva impõe a contemporaneidade dos fatos justificadores aos riscos que se pretende com a prisão evitar"** (HC n. 214.921/PA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 17/3/2015, DJe 25/3/2015).

6. Ordem de *habeas corpus* concedida, para determinar a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo da decretação de nova prisão, com base em fundamentação concreta, caso demonstrada sua necessidade.

(HC n. 253.621/MG, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 24/8/2016 - grifo nosso)

Pelo exposto, confirmando-se a liminar deferida, **concedo** a ordem para cassar o acórdão atacado e restabelecer a decisão do Juízo de primeiro grau, que indeferiu o pedido do Ministério Público de decretação da prisão cautelar do ora paciente (Processo n. 0020755-11.2013.4.01.3400, da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal).

Comunique-se, com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator